

ESTADO DE SÃO PAULO

Acordo que beneficia PT irrita ruralistas

Petistas ganham Comissão de Agricultura, tradicional feudo de fazendeiros na Câmara

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O PT ganhou ontem a presidência e a vice-presidência da Comissão de Agricultura da Câmara, na mais tumultuada eleição dos integrantes de uma comissão permanente da atual legislatura. Para se chegar ao voto salvador, ocorreu na Câmara a maior mobilização dos últimos tempos. Nela estiveram envolvidos os líderes dos partidos, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o secretário-geral da mesa, Mozart Viana de Paiva, e a assessoria jurídica da casa.

O deputado Alcides Modesto (PT-BA) precisava de 25 votos (metade mais um) para se eleger presidente, porque a Comissão de Agricultura é composta de 48 integrantes. Mas deputados-fazendeiros reagiram contra a entrega da importante comissão ao PT. Lançaram uma chapa presidida pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), tiveram o pedido de registro negado pelo presidente da sessão, deputado

Nelson Marquezelli (PTB-SP), rebelaram-se e tentaram anular os trabalhos. Depois de quatro horas de confusão, foi feita a apuração dos votos. Alcides Modesto conseguiu 25. Menos um, e haveria nova eleição.

Os ruralistas, que sempre dominaram a Comissão de Agricultura da Câmara, julgaram-se traídos pelos líderes de seus próprios partidos. Em um acordo feito previamente pelos líderes, a Comissão de Agricultura ficou com o PT. Os parlamentares ligados ao setor rural só ficaram sabendo dias de-



José Paulo Lacerda/AE

Inocêncio e Luís Eduardo: alvo de queixas dos parlamentares

**MESA DA
CÂMARA
RESISTIU A
PRESSÕES E
MANTEVE
ACERTO DE
CARGOS**

pois do acerto.

Na sexta-feira passada começaram a enviar recados a seus líderes, avisando que não aceitariam ficar sob o comando do PT. Como os ruralistas são de vários partidos, eles se aglomeraram em uma frente de protesto contra os líderes do PTB, do PMDB, do PPR, do PP e do PFL. Foram

para a sessão de ontem decididos a derrubar o acordo. Logo que a sessão teve início, os líderes foram até a Comissão de Agricultura dizer que ela pertencia ao PT, por força de acordo.

Emissários foram enviados atrás de Luís Eduardo Magalhães e do líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PFL-PE). A assessoria jurídica da Câmara foi acionada por Luís Eduardo, que se fez acompanhar de Mozart, maior especialista em regimento da casa. A cada afirmativa dos líderes e do presidente da sessão, Nelson Marquezelli (PTB-SP), de que havia um acordo, os deputados-fazendeiros afirmavam que tinham sido traídos.

Na confusão, Flávio Derzi (PP-MS) tomou a defesa dos líderes e abandonou a frente ruralista. "O acordo não pode ser rompido", disse. Mas eles não o ouviam. Fez-se a votação e o resultado confirmou o acordo, mas com resultado apertado. Os ruralistas, sem ter em quem votar, anularam seus votos ou optaram pelos brancos.